

ARRECAÇÃO DE RECURSOS NA CAMPANHA ELEITORAL

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Leônidas Tomaz Da Costa
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Carine Silva Diniz

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A corrida eleitoral faz parte do nosso sistema democrático, onde o povo escolhe quem irão representá-los nos próximos anos. É por meio dessas campanhas que os candidatos interagem e mostram suas propostas para os seus eleitores, e para que isso ocorra, são necessários recursos para a construção da campanha. A legislação eleitoral permite aos partidos políticos, às candidatas e candidatos arrecadar recursos para custear as despesas da campanha eleitoral. Os recursos destinados a campanha eleitoral são legítimos quando provenientes de doações em dinheiro de pessoas físicas, dos próprios candidatos, doações de outros candidatos ou de partidos políticos, além de recursos públicos destinados a todos os candidatos.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é mostrar como funciona o processo para arrecadação de recursos em uma campanha eleitoral, seja eles provenientes do próprio candidato ou de recursos públicos.

Material e Métodos

Para este resumo, foi utilizado pesquisas acadêmicas, a própria resolução do TSE que fala sobre o procedimento para a arrecadação de recursos destinados a campanha eleitoral, afim de mostrar uma transparência sobre a origem, e como essa verba é aplicada dentro de uma campanha eleitoral, e também para mostrar sobre as regras na prestação de contas previstas na Resolução TSE nº 23607/2019, onde contempla uma série de situações possíveis envolvendo campanhas eleitorais. Uma delas é a possibilidade de haver recursos não utilizados ou que não puderam ser conferidos a despesas comprováveis, conhecidos como sobras na campanha.

Resultados e Discussão

Segundo a Resolução TSE nº 23.575/2018, que altera os dispositivos da Resolução TSE nº 23.553/2017, a principal mudança está no 4º parágrafo do artigo 21 da norma, onde determina que os partidos devem destinar ao financiamento de campanhas de 30% dos gastos totais contratados nas campanhas eleitorais com recursos do Fundo Partidário, onde por sua vez, este fundo é uma forma de financiamento público, não exclusivo, dos partidos políticos Brasil, que não se restringe às campanhas eleitorais.

Conclusão

Em uma campanha eleitoral é preciso não só ter recursos para promover a campanha, mas também é preciso realizar a prestação de contas, onde deve-se respeitar a sua elaboração e os prazos para envio das prestações sejam elas parciais ou finais, por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) que a Justiça Eleitoral disponibiliza.

Referências

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Abril/conheca-as-regras-sobre-arrecadacao-e-uso-de-recursos-por-partidos-e-candidatos>

<https://www.agazeta.com.br/es/politica/de-onde-vem-o-dinheiro-para-campanhas-eleitorais-0924>

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Abril/o-que-acontece-com-os-recursos-nao-utilizados-nas-campanhas-saiba-o-que-sao-as-sobras>

<https://www.tre-es.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Agosto/tse-altera-resolucao-que-trata-da-arrecadacao-e-gastos-de-recursos-por-partidos-politicos-e-candidatos>